

Planalto prepara pacote fiscal complementar

O governo deve baixar nos próximos dias um pacote de medidas fiscais para compensar o aumento da dívida e do déficit públicos decorrente da desvalorização cambial e da elevação das taxas de juros. "Será um choque fiscal para se recuperar a confiança dos investidores no governo e no Plano Real", afirmou o líder de um dos partidos aliados do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo esse líder, estão sendo discutidos com técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI), que estão no Brasil, medidas que não dependem da aprovação do Congresso, como novos cortes no Orçamento da União e o aumento dos depósitos compulsórios dos bancos; e que dependem, como o fim dos subsídios e incentivos fiscais. No anúncio que será

Com compulsório maior, equipe econômica acredita que reduzirá o poder de fogo do mercado para aumentar o dólar

feito pelo governo não está prevista qualquer mudança na equipe econômica. "Poderemos ter um ou dois pacotinhos. É isso que está sendo avaliado e a próxima segunda-feira deve ser a data-limite para a divulgação das medidas que terão a importante função de reverter as expectativas pessimistas dos investidores", disse ontem um assessor do Ministério da Fazenda.

Medidas incluiriam aumento do depósito compulsório do setor financeiro e fim dos subsídios e dos incentivos fiscais

Vicente Nunes e Christiane Samarco, de Brasília

"Não temos mais como conviver com o hiato que se criou entre a mudança na política cambial e o anúncio de novas medidas para garantir o ajuste fiscal. A demora só faz crescer a desconfiança na força do governo para conter o pessimismo e recuperar a credibilidade", afirmou o assessor.

A equipe econômica sabe que o anúncio de novos cortes no Orçamento irá provocar traumas no Congresso, assim como o fim dos incentivos e subsídios, que pode resultar em receitas anuais para o governo entre R\$

16 bilhões e R\$ 18 bilhões.

O fim dos subsídios e incentivos, por sinal, foi derrubado pelos aliados políticos do Pacote 51, de novembro de 1997, mas, agora, o governo federal acredita que conseguirá dobrar as bancadas, sobretudo as do Norte e do Nordeste, as mais resistentes à extinção de benefícios.

Já o aumento dos depósitos compulsórios, apontado como um fator

que sempre pressiona os juros para cima, pode ser adotado como forma de conter a especulação dos bancos com o dólar. "Ao determinar que os bancos recolham mais dinheiro no Banco Central, a equipe econômica acredita que reduzirá parte do poder de fogo do sistema financeiro para aumentar os preços da moeda americana", explicou o assessor.

Na avaliação do deputado eleito pelo PSDB de São Paulo e ex-ministro do Planejamento Antônio Kandir, o governo deverá fazer uma ação fiscal robusta para dar cacife ao Banco Central de modo que os especuladores tenham medo de enfrentar a instituição.

Ele ressaltou que o aumento dos depósitos compulsórios seria uma punição adequada aos bancos, uma vez que, neste momento, o governo não precisa estimular a liquidez do real, mas sim, a do dólar, com a volta do fluxo de divisas para o País, num cenário de preços sem grandes oscilações para a moeda norte-americana.

"É importantíssimo que o governo desmonte a especulação com o dólar. E isso se faz com um Banco

Central forte, com ampla disponibilidade de divisas e boas condições fiscais", afirmou Kandir, tese que foi endossada por Ângelo Romano, diretor da Área de Gestão de Investimentos da Liberal Asset Management, ligada ao Nations Bank.

"Seria muito importante que, no conjunto de medidas que estão para ser anunciadas, o governo enfile o projeto que torna o Banco Central independente", destacou o executivo financeiro.

Kandir disse que, na conversa que teve ontem com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ele fez questão de sublinhar a importância de o governo tomar medidas creditícias,

monetárias (manutenção dos juros em alta, no curto prazo) e fiscais para conter a grave crise na qual o País está mergulhado, permitindo, num prazo mais longo, a retomada do desenvolvimento. Segundo o deputado, seu partido enfatizou para Malan que para se ter desenvolvimento é preciso haver governabilidade e legitimidade. Mas isso só vai ocorrer se a economia estiver sob controle.

"Uma das questões fundamentais é manter a inflação abaixo de dois dígitos", afirmou.

Segundo o líder do PSDB na Cá-

mara, deputado Aécio Neves (MG), o governo terá todo o apoio que precisar para impor remédios amargos à sociedade, desde que se consiga retomar a estabilidade da economia. "Prefiro remédios amargos de curta duração do que paliativos de longo prazo" declarou.

A frase do parlamentar serve para deixar claro que o governo está na fase final de preparação das medidas que visam a complementar o ajuste fiscal.

Mas a solidariedade da base governista é, antes de qualquer coisa, resultado da falta de alternativa de política econômica. Aliados de peso, como o presidente do PMDB, se-

nador Jader Barbalho (PA), saíram que nenhum outro governo teve tamanha colaboração do Congresso como o atual para colocar a econo-

Congresso teria de aprovar novas medidas para não assumir a responsabilidade pelos eventuais problemas do País

mia nos trilhos. "Aprovamos tudo o que esse governo quis", disse. É justamente por isso que o Congresso está obrigado a marchar com o governo nos ajustes complementares que forem submetidos ao exame pelos políticos. A recusa seria o mesmo que assumir a responsabilidade por uma crise que os parlamentares atribuem à condução dada pela equipe econômica ao Plano Real.